



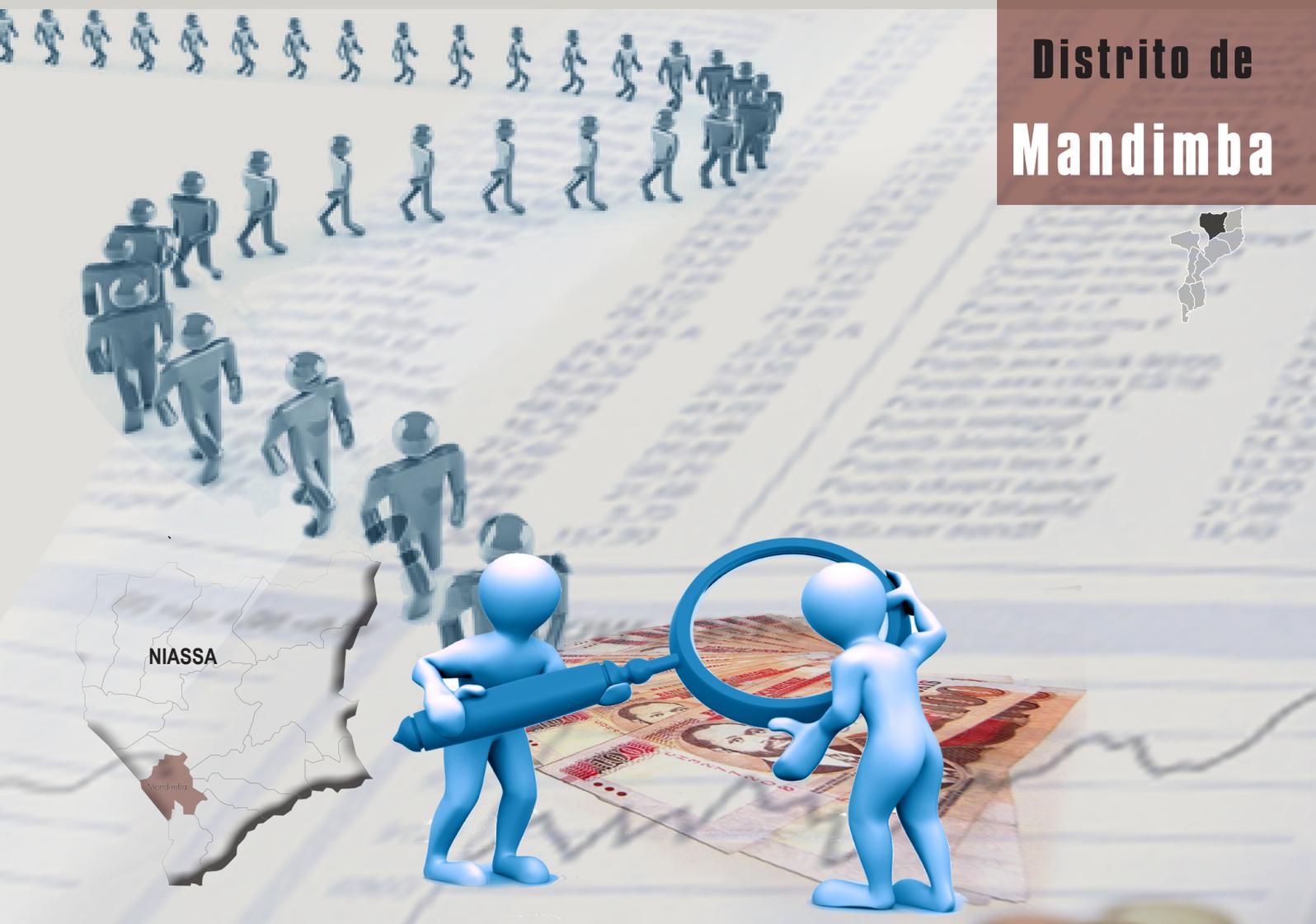
CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
MOÇAMBIQUE



# 05

2012

## Distrito de Mandimba



# RASTREANDO A DESPESA DE 2011

Índice

I. Investimento Realizado  
pelo Governo Distrital no  
Distrito

II. Investimento Realizado  
pelo Governo Provincial /  
Central no Distrito

III. Aspectos de Controlo  
Interno na Secretaria  
Distrital

*Fundo de Investimento Distrital*

*Fundo Distrital de Desenvolvimento*

*Fundo de Apoio Directo às Escolas*

*Fundo de Estradas*

*Investimento Realizado pelo Governo  
Provincial/ Central*

## DISTRITO DE MANDIMBA

O distrito de Mandimba situa-se a sul da Província de Niassa, com uma superfície de 4385km<sup>2</sup> e uma população total de 136.238 habitantes (Censo de 2007). O Distrito está dividido em dois postos administrativos, nomeadamente Mandimba-Sede e Mitande.

### I. INVESTIMENTO REALIZADO PELO GOVERNO DISTRITAL

Em 2011, o Distrito de Mandimba teve um orçamento de 18.652.670,00Mt para as despesas de investimento (tabela 1).

**Tabela 1.** Orçamento alocado para as despesas de investimento no Distrito de Mandimba, em 2011:

Despesas de investimento	Valor alocado (Mt)
Fundo de Investimento Distrital	6.443.040,00
Fundo Distrital de Desenvolvimento	8.047.000,00
Fundo de Apoio Directo às Escolas	2.912.630,00
Fundo de Estradas	1.250.000,00
<b>Total</b>	<b>18.652.670,00</b>

**Fonte:** Lei n.º9/2011, de 13 de Junho - Orçamento do Estado Revisto<sup>1</sup>

#### 1.1 Fundo de Investimento Distrital

Em 2011, o valor alocado para o Fundo de Investimento Distrital foi utilizado para as realizações que constam da tabela 2.

**Tabela 2.** Lista das actividades realizadas no âmbito do Fundo de Investimento Distrital.

Infra-estrutura	Valor alocado
Abertura de pista, de terra batida, para aterragem de aviões	1.879.981,96
Reabilitação da Residência Oficial do Administrador	786.889,80
Conclusão da casa dos técnicos *	716.178,41
Reabilitação da Secretaria da Localidade de Meluluca	172.902,60
Reabilitação da residência do Chefe da Localidade de Meluluca *	522.022,00
Construção da tribuna com respectivo palco na Localidade de Meluluca	203.340,00
Reabilitação da casa do Régulo Pulo, em Meluluca	228.997,05
Reabilitação da casa do Director do SDEJT	29.337,50
Reabilitação da casa do Comandante da PRM	29.981,25
Reabilitação de 4 km de ruas na vila sede	148.732,00
Reabilitação da casa do Director do SDPI	41.724,95
Reabilitação da residência da Secretária Permanente Distrital	97.786,70

<sup>1</sup> A Lei n.º 9/2011, de 13 de Junho altera os artigos 2, 3, 4, 5, 11 e 12 da Lei n.º 1/2011, de 5 de Janeiro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2011

Reabilitação da casa do Director do SISE	29.823,00
Reabilitação da casa do Médico Chefe	46.860,7
Construção de 3 latrinas e respectivas casas de banho no Posto de Saúde de Ntembo	87.311,24
Reabilitação da Secretaria da Localidade de Luelele	30.963,70
Aquisição de duas electrobombas para o PSAA	135.500,00
Aquisição de diverso mobiliário	540.800,00
Reparação de viaturas	178.284,95
Aquisição de produtos alimentares e de limpeza para a Residência Oficial do Administrador	65.354,11
Aquisição de combustível	166.986,24
Aquisição de impressora/ reparação de computadores	37.000,00
Pavimentação da Praça dos Heróis Moçambicanos	224.481,00
Montagem de sistema eléctrico para o funcionamento do SISTAFE	30.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.431.239,16</b>

**Fonte:** SDPI e Secretaria Distrital de Mandimba.

\* Empreendimentos que se encontravam em curso no primeiro exercício de rastreio realizado em 2011. A diferença entre o valor disponível, a partir do OE, e o valor realizado pelo Governo do Distrito de Mandimba é de 11.760,00Mt que, segundo o sector de contabilidade da Secretaria Distrital, foi gasto em despesas bancárias. Portanto, contrariamente à prática em que o Governo Central retém 10% das verbas orçamentadas, no caso de Mandimba isso não aconteceu.

## **Ponto da situação das actividades financiadas no âmbito do Fundo de Investimento Distrital de 2011**

### **Actividades em curso**

Nenhuma.

### **Actividades concluídas**

Todas.

Não foi possível aferir o nível do alinhamento das actividades realizadas com o PESOD, porque o Governo Distrital não dispunha deste instrumento principal do Distrito.

### **Avaliação quantitativa das realizações**

Dos 6.443.040,00Mt que estavam previstos para o Fundo de Investimento Distrital, 6.431.239,00Mt foram realizados pelo Governo do Distrito de Mandimba, o que representa 99,82%. Do valor realizado, 4.715.413,45Mt foram investidos na construção e reabilitação de infra-estruturas levadas a cabo no ano económico de 2011, o que representa 73,32%. 1.238.200,41Mt foram utilizados nos empreendimentos transitados de 2010, o que representa 19,26%; e 477.625,30Mt foram desviados para custear aquisição de combustível, reparação de viaturas, aquisição de produtos alimentares e de limpeza para a Residência Oficial do Administrador, reparação de computadores e aquisição de uma impressora, o que representa 7,43%.

### Avaliação qualitativa

No geral, as obras que beneficiaram de reabilitação e/ou construção de raiz apresentam problemas de falta de qualidade, infiltração de águas pluviais, rachas nas paredes e no soalho, baixa qualidade de madeira usada nos aros e cobertura. A baixa qualidade das obras pode estar associada a vários factores, entre os quais a falta de honestidade dos empreiteiros, artesãos sem muita experiência profissional, desvios de aplicação verificados no âmbito da gestão deste Fundo, exiguidade do Fundo que é disponibilizado ao Distrito e desembolsos tardios. A Residência Oficial do Administrador, obra recentemente concluída e cuja reabilitação incluía a cobertura, apresenta problemas graves de infiltração da água em todos os compartimentos. A Secretaria da Localidade de Meluluca, obra recentemente construída, já apresenta problemas graves na cobertura, pois, para além de infiltração de água das chuvas, todo o tecto falso já foi danificado por *muchén*.

A tribuna e o palco da Localidade de Meluluca, obras que nem um ano duraram, já apresentam rachas. O palco, principalmente, já está a desabar. As latrinas e as casas de banho do Posto de Saúde de Ntembo apresentam-se com uma qualidade aceitável, porém, a casa de banho destinada para as mães grávidas, que vão dar à luz naquela Maternidade, apresentava o problema de não drenar a água, o que constitui um perigo em termos higiénicos para as senhoras utentes daquela casa de banho. As 6 residências dos dirigentes distritais, nomeadamente, Secretária Permanente, Comandante da PRM, Directores dos SDPI, SDEJT, SDSMAS e SIZE, que beneficiaram de uma reabilitação parcial, não foram excepção no problema de infiltração de água. A residência do Médico Chefe, especificamente, para além da infiltração de água apresentava a tinta descascada.



Fig. 1 Secretaria da Localidade de Meluluca



Fig. 2 Infiltração na Residência Oficial do Administrador



Fig. 3 Racha na tribuna de comícios



Fig. 4 Tinta da casa do Director do SDEJT

**Fonte:** Equipa de monitoria – 07/03/2012

### **Ponto de situação da infra-estrutura, de 2010, que estava em curso em 2011**

As atividades que se encontravam em curso no exercício de rastreio realizado em 2011 são as seguintes:

- Construção da casa de técnicos em Mandimba-sede;
- Construção da casa do Régulo Namassonjo, em Mitande-sede;
- Construção da casa do Delegado da Administração Marítima na Localidade de Meluluca;
- Reabilitação da residência do Chefe da Localidade de Meluluca.

O segundo exercício visitou novamente estes empreendimentos e constatou que já todos se encontravam concluídos. Todavia, há que frisar que os trabalhos de construção da residência para os técnicos, em Mandimba-sede, e da reabilitação da residência do Chefe da Localidade de Meluluca beneficiaram igualmente do Fundo de Investimento Distrital, alocado para o exercício económico de 2011, para a sua conclusão.

Em termos qualitativos, à semelhança dos outros empreendimentos que beneficiaram de reabilitação ou construção de raiz, apresentavam problemas de infiltração de águas pluviais, rachas nas paredes e no soalho, baixa qualidade de madeira, *muchén* e atrasos na sua conclusão. A residência do Chefe da Localidade de Meluluca, obra recentemente concluída, já apresenta problemas graves na cobertura, pois, para além da infiltração de água das chuvas, todo o tecto falso já se encontrava danificado por *muchén*. A residência do Régulo Namassonjo, apesar de apresentar um bom aspecto de cobertura na maioria dos compartimentos, evidenciou o problema de infiltração de água das chuvas no tecto da casa de banho. A residência do Delegado da Administração Marítima também apresentava o problema de infiltração de água no tecto da sala. A casa dos técnicos foi uma excepção, pois trata-se dum dos poucos edifícios em que não foi verificado o problema de infiltração de água das chuvas. Porém, à semelhança dos outros edifícios, apresentava algumas fissuras nas paredes.



Fig. 5 Casa do Chefe de Localidade de Meluluca

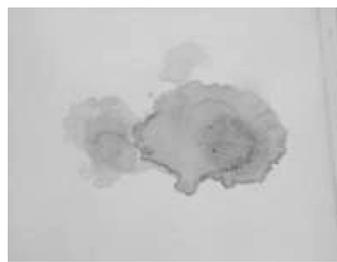


Fig. 6 Sala do Delegado da Administração Marítima



Fig. 7 Tecto da casa de banho da casa do Régulo Namassonjo

**Fonte:** Equipa de monitoria – 06/03/2012

## Análise comparativa entre 2010 e 2011

Há uma tendência de melhorias no desempenho do Governo Distrital de Mandimba no âmbito da execução do FID, tendo em conta os dois anos em análise. Em 2011, houve 100% das actividades concluídas contra 58,33% do FID de 2010, 0% de actividades em curso contra 41,67% de 2010. Em 2011, apenas 7,43% do valor realizado foi desviado para custear despesas de funcionamento da secretaria distrital tais como a aquisição de combustível, reparação de viaturas, aquisição de produtos alimentares e de limpeza para a Residência Oficial do Administrador contra 28,16% em 2010. Em termos de alinhamento das realizações com o PESOD, não foi possível fazer uma análise comparativa, pois, nos dois anos referenciados, o distrito não dispunha deste instrumento principal de governação. Daí que não há clareza sobre se o Distrito realiza actividades aprovadas pelo Conselho Consultivo Distrital ou não. Em termos de qualidade das realizações levadas a cabo, no âmbito do FID, persiste o problema de falta de qualidade, rachas nas paredes e no soalho, infiltração de água das chuvas, baixa qualidade da madeira e atraso na conclusão das obras.

### 1.2 Fundo Distrital de Desenvolvimento

Em 2011, Mandimba teve um orçamento de 8.047.000,00Mt para financiar projectos de geração de rendimento, produção de comida e fomento pecuário. Deste valor, apenas 7.792.000,00Mt foram recebidos pelo Governo Distrital, o que representa 96,83%. Os restantes 255.000,00Mt não foram disponibilizados, o que representa 3,17%. O valor efectivamente financiado aos projectos foi distribuído pelos 2 postos administrativos: Mandimba-sede, no valor de 5.377.000,00Mt, o que representa 69%, e Mitande, no valor de 2.415.000,00Mt, o que representa 31%.

Dos 163 projectos aprovados e financiados, 59 são de produção de comida, o que representa 36,2%, e 104 são de geração de rendimento e emprego, o que representa 63,8%. Em termos financeiros, dos 7.792.000,00Mt financiados aos projectos, 1.829.000,00Mt foram para a produção de comida, o que representa 23,47%, e 5.963.000,00Mt foram para geração de rendimento e emprego, o que representa 73,53%. Do total dos projectos aprovados, 17 beneficiaram mulheres, o que representa 10,30%, e 146 beneficiaram homens, o que representa 89,57%.

Do trabalho de campo realizado no âmbito do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) verificou-se que i) *Há uma prática, bastante positiva, de se reconhecer as assinaturas dos mutuários, tanto nos contratos quanto nas declarações que confirmam a recepção do valor financiado aos seus projectos, para além de que todos os contratos estavam devidamente carimbados;* ii) *Não há distribuição dos projectos pelas localidades pelo que não há clareza se os projectos financiados beneficiaram mutuários provenientes de todas as localidades ou não;* iii) *Apesar de haver o e-SISTAFE já instalado, o financiamento aos projectos continua a ser por via de cheques emitidos pela Secretaria Distrital, o que contraria a norma do funcionamento do SISTAFE, pois o valor devia ser transferido directamente para as contas bancárias dos mutuários;* iv) *No processo dos mutuários não está anexo o projecto desenhado pelos beneficiários. Daí que não estava claro que projectos os mutuários pretendiam implementar;* v) *Nenhum dos contractos tem indicação do prazo de validade, pelo que não há clareza sobre a sua duração;* vi) *Os processos dos mutuários não possuem o plano de amortização anexo, pelo que não há clareza sobre o período de devolução do Fundo e do valor a ser devolvido por prestação.*

A título de exemplos: o beneficiário do projecto de comércio no Posto Administrativo de Mitande, financiado no valor de 70.000,00Mt, referiu que não tinha nenhum período específico para a devolução do Fundo nem tinha montante quantificado; O beneficiário do projecto de comercialização de peixe, também no Posto Administrativo de Mitande, financiado no valor de 30.000,00Mt, apesar

de ter confirmado que possuía cópia do contrato referiu que não tinha o período específico para a devolução do Fundo pelo que havia de depender do rendimento do negócio.

## Análise comparativa do FDD 2010 e 2011

Em termos comparativos, verifica-se que houve melhorias na gestão do FDD nos dois anos em análise, pois todos os mutuários possuíam contratos devidamente assinados e carimbados. Porém, persiste a falta de clareza no financiamento aos projectos por localidades, dado o facto de os projetos estarem distribuídos por postos administrativos e não por localidades. No que diz respeito à observância de género, persiste o problema de desequilíbrio de género na medida em que 89,57% dos projectos, aprovados e financiados em 2011, beneficiaram homens. Em termos de distribuição do financiamento pelos tipos de projectos (produção de comida, geração de rendimento e emprego), verificou-se uma fraca adesão aos projectos de produção de comida, pois, em 2011, apenas 36,2% dos projectos, aprovados e financiados, foram para produção de comida contra 55,26% em 2010.

## Atenção Ministério da Educação

### Apoio Directo às Escolas (ADE)

Em 2011 o Distrito de Mandimba recebeu um total de 2.912.630,00Mt para o Apoio Directo às Escolas – ADE, sendo 1.589.500,00Mt na 14ª fase e 1.323.130,00Mt na 15ª fase. O programa ADE surge no âmbito dos esforços do Governo que têm em vista promover a descentralização e a qualidade de ensino. Em 2003, o MINED concebeu o programa ADE e foram implementadas a 1ª e 2ª fase, em Março e Outubro, respectivamente. Em 2011 já se encontrava nas fases 14ª e 15ª, A utilização deste Fundo obedece a duas modalidades, nomeadamente a aquisição baseada na lista do material elegível, definido pelo MINED, e a aquisição livre, ou ao critério da escola (15%). O material elegível consta nos formulários de registo da despesa, designadamente a carta de autorização, a nota de encomenda, a nota de detalhe da despesa e o manual de procedimentos, e autoriza-se o uso de 10% na produção escolar e 10% na aquisição de material eléctrico e de construção para pequenos reparos.

O primeiro exercício de rastreio da despesa pública, realizado em 2011, baseou-se especificamente na verificação do cumprimento das regras de utilização deste Fundo plasmadas nos manuais de procedimentos. O segundo exercício, aferiu a transparência no processo de gestão do Fundo, incluindo o nível de satisfação das escolas com a implementação deste programa e o nível de participação das comunidades no processo.

O trabalho de campo visitou 7 escolas e verificou que i) Apesar de todas as escolas terem afirmado que realizavam encontros de divulgação do ADE com as comunidades, nenhuma apresentava documentos comprovativos, como actas resultantes dessas reuniões; ii) Nenhuma escola afixava, em local de acesso público, o valor recebido pela escola e a relação do material adquirido, violando deste modo a recomendação do MINED<sup>2</sup>; iii) Apenas duas escolas possuíam listas de distribuição do material aos alunos. No entanto, as mesmas não estavam devidamente preenchidas. As restantes não possuíam nenhuma lista, apesar de terem afirmado que tinham distribuído algum material aos alunos; iv) Das escolas visitadas, uma não apresentava os justificativos referentes à 15ª fase do programa ADE,

2 O MINED recomenda às escolas que afixem nas vitrinas, sala de professores, bibliotecas e/ou noutros locais, de acordo com as condições da escola, o valor recebido pela escola, a relação do material adquirido pela escola e os mapas de distribuição do material, entre outras informações.

apesar de ter confirmado o recebimento do valor, alegadamente porque os mesmos se encontravam no SDEJT,<sup>3</sup> para a verificação da sua validade em termos fiscais.<sup>4</sup> Outra não apresentou nenhum justificativo, alegando que os mesmos encontravam-se na posse do Director Adjunto Pedagógico; v) Todas as escolas visitadas referiram que tinham as comissões de compra e aquisição devidamente montadas e que durante o ano de 2011 receberam visitas dos respectivos coordenadores da ZIP.

A título de exemplos, a escola Armando Emílio Guebuza não apresentou nenhum justificativo, alegadamente porque os mesmos estavam na posse do Director Adjunto Pedagógico. As escolas EPC Filipe Samuel Magaia e EPC de Ngame apresentavam as listas de distribuição do material aos alunos, porém nenhuma das listas da EPC de Ngame estava assinada, nem quantificada. Dai que não há certezas sobre a recepção e a quantidade do material recebido pelos alunos. As escolas EPC de Mitande, EP1 de Joho e EP1 de Luelele não apresentavam listas de distribuição do material aos alunos.

No que concerne à satisfação das escolas com a implementação do programa ADE, todos os directores visitados afirmaram que o ADE ajudava positivamente na melhoria da qualidade do ensino. Porém, reiteraram que o material comprado não satisfaz cabalmente as necessidades para o funcionamento efectivo das escolas, na medida em que 85% do fundo deve ser investido na aquisição do material definido pelo MINED, deixando apenas 15% para a aquisição livre da escola. No entender de muitos directores esta percentagem devia ser elevada, pelo menos, para 20 a 35%. Ainda no âmbito da gestão do ADE, o director da Escola EPC de Ngame, por exemplo, queixou-se pelo facto de o Fundo, financiado à escola que ele dirige, ter que ser partilhado com outras duas escolas, que antes eram salas anexas, designadamente a EP1 de 4 de Outubro e a EP1 de Namapile, mas que agora são também escolas independentes. Na sua opinião estas escolas deviam receber um financiamento separado. Aliado a este assunto, a Directora da escola EP1 Julius Nyerere queixou-se pelo facto da escola que ela dirige ainda depender da escola Filipe Samuel Magaia para o seu funcionamento enquanto se trata, também, duma escola independente.

## Atenção Ministério das Obras Públicas e Habitação

### Fundo de Estradas

Em 2011 o distrito de Mandimba recebeu um total 1.250.000,00Mt para trabalhos de reabilitação, manutenção de rotina e/ou melhoramentos localizados de estradas. Este valor foi investido na construção da ponte sobre o rio Njombocheli, no troço Mitande/Namicoio, orçado no valor de 635.994.00Mt, reabilitação e construção de um aqueduto no troço Nacalongo/Lissiete/Chicolone orçado no valor de 593.808,00Mt e despesas administrativas orçadas no valor de 20,198,00Mt (Fonte: SDPI).

O trabalho de campo constatou que, contrariamente ao troço Nacalongo/Lissiete/Chicolone, onde a via é transitável, no troço Mitande/Namicoio persiste o problema que a intervenção pretendia resolver, isto é, a intransitabilidade da via por parte dos veículos automóveis, devido à estrutura da ponte, pois, para além da ponte se apresentar com algumas rachas nas partes denominadas de guardas, apresenta uma elevação que nem mesmo uma viatura 4x4 consegue transpor.

3 SDEJT - Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia

4 O manual de procedimentos do programa ADE, elaborado pelo MINED, no capítulo que aborda a prestação de contas, referencia que "As escolas, antes de enviar o processo de justificação dos fundos aos SDEJT, devem tirar uma cópia para constar nos seus arquivos".



Fig. 8 Racha na ponte sobre o rio Njombocheli

Fonte: Equipa de Monitoria – 07/03/2012

## Reacção do Governo Distrital às Constatações da equipa de rastreio

Reagindo às constatações apresentadas pela equipa que esteve no campo, O Sr. António Tacarindua, Administrador Distrital, referiu que as obras do nível provincial/central constituíam um grande constrangimento para o Distrito, pois não são comunicadas ao Governo Distrital nem os empreiteiros se apresentam quando se trata de obras deste nível. No que concerne à má qualidade das obras, disse que, por um lado, o Distrito tinha o problema de falta de fiscais pois, embora tenha o salário para a contratação dum técnico médio em construção civil, os mesmos não concorrem. Por outro lado existe a falta de honestidade dos empreiteiros. A Residência Oficial do Administrador foi um exemplo, pois, tratou-se duma obra que foi levada a cabo por um empreiteiro de renome ao nível da província. Mas, para espanto de todos, a Residência encontra-se com problemas graves de infiltração de água, apesar de ter havido trabalhos de correcção por três vezes. Comentando sobre o FDD, referiu que, em 2011, os mutuários foram financiados por via de cheques, apesar de haver o e-SISTAFE instalado, porque a maior parte dos beneficiários não possuía contas bancárias. Para não se correr o risco de o valor voltar para o SISTAFE, sem financiar os projectos, preferiram financiar por via de cheques.

A Secretária Permanente Distrital, a Sr.<sup>a</sup> Melita Eduardo Belém Cadalamba, na sua intervenção, referiu que, em 2011, não houve divisão dos projectos pelas localidades, pois tanto ela como o Administrador eram novos e, quando chegaram, os projectos já haviam sido aprovados. Mas garantiu que o erro já foi corrigido. Ainda no âmbito do FDD, referiu que, em casos futuros, os projectos desenhados pelos mutuários serão igualmente anexados aos seus processos. Comentando sobre a modalidade do financiamento aos projectos disse que o e-sistafe começou a funcionar em 2011 e a maioria dos mutuários não tinha contas bancárias e, para não se correr o risco de o valor ficar retido no sistema, sem financiar os projectos, optaram pelo financiamento por via de cheques. Comentando sobre as obras de má qualidade disse tratar-se de má fé por parte dos empreiteiros, associada à exiguidade do Fundo. Outro facto levantado foi que as obras eram realizadas sem nenhuma fiscalização, o que, de certo modo, contribuía para a baixa qualidade. No que concerne ao PESOD, disse que tanto os Administrador como ela eram novos no Distrito e, quando chegaram, não havia este instrumento de planificação e orçamentação distrital.

O director do SDEJT, o Sr. Lúcio Papio, esclareceu que as escolas que se queixaram da dependência de outras escolas tiveram a categoria de escolas independentes no ano passado. Dai que ainda não estão integradas no sistema para receberem o ADE. Comentado sobre os outros problemas identificados no sector que dirige disse que os mesmos seriam levados em consideração no sentido de serem ultrapassados.

## II. INVESTIMENTO REALIZADO PELO GOVERNO PROVINCIAL/CENTRAL NO DISTRITO

No primeiro exercício de rastreio da despesa pública, fez-se menção à falta de clareza sobre os investimentos realizados pelo Governo Provincial/Central dado o facto de todos serem canalizados para os distritos por via do Governo Provincial. Foi neste contexto que, neste segundo exercício, se optou por juntar as realizações levadas a cabo por estes dois níveis governamentais.

Despesas de investimento	Valor alocado (Mt)
Reabilitação da casa do Director do SDAE	a)
Reabilitação do edifício da Procuradoria	a)
Reabilitação da residência do Procurador	a)
Reabilitação das antigas instalações das Alfândegas e da Migração	a)
Construção de uma Maternidade em Meluluca	a)
<b>Total</b>	

**Fonte:** Secretaria Distrital

- a) Informação obtida a partir da Secretaria Distrital e contratos celebrados a partir do nível provincial.

### **Ponto de situação dos empreendimentos realizados pelo Governo Provincial/Central no Distrito**

#### **Actividades em curso**

- Reabilitação das antigas instalações das Alfândegas e da Migração;
- Construção de uma Maternidade em Meluluca.

#### **Actividades concluídas**

- Reabilitação do edifício da Procuradoria;
- Reabilitação da residência do Procurador;
- Reabilitação da casa do Director do SDAE.

#### **Avaliação qualitativa**

A residência do Procurador Distrital, apesar de ter beneficiado duma reabilitação de raiz, apresentava infiltração de água nos quartos e na parte da chaminé da cozinha, defeitos nas fechaduras e algumas rachas nas paredes. O edifício da Procuradoria apresentava algumas fissuras nas paredes e infiltração de água. A Maternidade de Meluluca, embora obra ainda em curso, é, de uma forma geral, uma infra-estrutura sólida.



Fig. 9 Infiltração na residência do Procurador



Fig. 10 Infiltração na residência do Procurador

**Fonte:** Equipa de Monitoria – 08/03/2012

## Atenção Ministério da Educação

### Construção de Salas de Aulas

No primeiro exercício realizado em 2011, reportou-se a construção da Escola Secundária Geral de Mandimba, a construção de duas salas na EP1 de Joho e a construção de duas salas na EP1 de Lissiete, como sendo obras em curso. O segundo exercício visitou novamente estas salas e constatou que as Escolas Secundária e EP1 de Joho já se encontravam, parcialmente, concluídas, mas as salas da escola EP1 de Lissiete encontravam-se paralisadas há mais de um ano. Em termos qualitativos, contrariamente às várias obras de construção civil visitadas, a escola EP1 de Joho não apresentou problemas de infiltração de água das chuvas. Porém, há que destacar que as salas não foram equipadas com carteiras. A Escola Secundária de Mandimba, embora obra recentemente construída, apresentava problemas de falta de qualidade, rachas nas paredes e no soalho, defeitos nas caleiras e infiltração de água das chuvas. A escola EP1 de Lissiete, embora obra paralisada, apresentava rachas nas paredes e o soalho danificado.

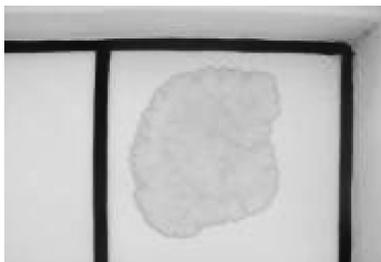


Fig. 11 Tecto da Escola Secundária



Fig. 12 Salas abandonadas na EP1 de Lissiete

**Fonte:** Equipa de Monitoria – 07/03/03/2012

### III. Aspectos de Controlo Interno na Secretaria Distrital

O Conselho Consultivo Distrital de Mandimba é composto por 51 membros, representantes de todas as localidades. Destes, 38 são homens e 13 são mulheres. Em 2011 o CCD reuniu-se duas vezes em sessão ordinária e não teve nenhuma sessão extraordinária. Em termos do balanço do PESOD, não se realizou nenhum encontro, porque o Distrito não dispunha deste instrumento principal de governação.

Em 2011, o Governo do Distrito de Mandimba foi inspeccionado 3 vezes: pelo Tribunal Administrativo, pela Inspeção Geral das Finanças e pela Secretaria Provincial. No que concerne às obras públicas foram preparados 19 contratos, sendo 15 na área das Obras Públicas e 4 na área das Estradas. Nenhum dos contratos foi enviado ao Tribunal Administrativo. O Governo Distrital ainda não enviou a Conta de Gerência do exercício de 2011 porque ainda se encontrava na fase de preparação.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

*CENTER FOR PUBLIC INTEGRITY*

Boa Governação-Transparência

Integridade

*Good Governance-Transparency-Integrity*

Rua da Frente de Libertação de Moçambique, n. 354

Tel: (+258) 21 492335

Fax: (+258) 21 492340

Mobile: (+258) 82 30 16 391

Caixa Postal: 3266

Email: [cip@cip.org.mz](mailto:cip@cip.org.mz)

[www.cip.org.mz](http://www.cip.org.mz)

Maputo-Moçambique



NIASSA

Estamos - Organização Comunitária

Avenida Samora Machel

Caixa Postal: 174

Telefax: 27120318

Cidade de Lichinga

Niassa - Moçambique



**FICHA TÉCNICA:**

**Título:** Rastreamento a despesa de 2011 - Mandimba

**Série:** 5/15

**Autores:** CIP E ESTAMOS

**Revisão Linguística:** Machado da Graça

**Design e Layout:** éDesign

Maputo, Março de 2012